

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA DO MÊS DE JULHO DE 2021**

1 No dia 13 (treze) de julho de 2021 (dois mil e vinte e um), em segunda chamada, às  
2 14h15min (quatorze horas e quinze minutos), por meio do endereço virtual  
3 [https://us02web.zoom.us/j/89030768141?pwd=dXpCQUlxdVNWVkxaZXU2dkZUNTZ](https://us02web.zoom.us/j/89030768141?pwd=dXpCQUlxdVNWVkxaZXU2dkZUNTZoUT09)  
4 [oUT09](#) reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio  
5 Ambiente – COMDEMA. A reunião foi Presidida por Gabriela Atique Fernandes e  
6 Secretariada por Fernando Fausto da Silva Kataki. Estiveram presentes 27 (vinte e  
7 sete) conselheiros, sendo 21 (vinte e uma) entidades com direito a voto, a saber: os  
8 representantes do Poder Público, o titular Fernando Fausto da Silva Kataki e a  
9 suplente Andréa Cristina Assumpção Fonseca, ambos da Secretaria Municipal de  
10 Meio Ambiente e Urbanismo; a titular Marina Richard Pontes Rozani, da Secretaria  
11 Municipal de Planejamento; o titular Matheus Machado, da Secretaria Municipal de  
12 Obras; o titular Luiz Alberto Feboli Filho, da Secretaria Municipal de Saúde; a titular  
13 Mariana Ventura Martins, da Secretaria Municipal Agricultura e Abastecimento; o  
14 titular Hederson Vinícius de Souza, da Secretaria Municipal de Educação; a suplente  
15 Katuscia Vera, da Secretaria Municipal de Habitação; a titular Isabela Bologna  
16 Campbell e o suplente Andrey Vetorelli Borges, da Secretaria Estadual de  
17 Agricultura; a titular Lucíola Guimarães Ribeiro e o suplente Wendel Edson Silva, da  
18 Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – Depto. De Águas e Energia Elétrica -  
19 DAEE; a titular Mônica Regina Bocchi e a suplente Teresa Cristina Castilho Gorayeb,  
20 da Faculdade de Tecnologia- FATEC; o titular Edilson Moreira de Oliveira, do  
21 Instituto Biociências, Letras e Ciências Exatas- IBILCE/UNESP; e os representantes  
22 da sociedade civil, a Titular Gabriela Atique Fernandes, do Centro Universitário de  
23 Rio Preto- UNIRP; a titular Georgia Padiar Peres, do SENAC; o titular Marco Antônio  
24 Ferreira Matheus, da UNITERP; a titular Patrícia Redígolo Pichinin Oger, da  
25 ACLIVET; o suplente Douglas Willian Hakini Soares, do Sind. da Ind. da Construção  
26 Civil do Estado de SP- SINDUSCON; o titular Jefferson Antônio Lopes, do CIESP; o  
27 titular Ilson Aparecido Martins, do SINDALQUIM; o titular André Vitor Suzuki, da  
28 Associação Amigos dos Mananciais- AAMA; o titular Gustavo Murad Mendes Prado  
29 e o suplente Rafael Azeredo de Oliveira, da Ordem dos Advogados do Brasil

30 (22ª seção)- OAB; o suplente Ricardo Scanduzzi Neto, da Associação dos  
31 Engenheiros e Agrônomos de SJRP. Justificaram a ausência: o Titular Luiz  
32 Guilherme Paolini Braga, do SEMAE; o titular Narciso Santos Costa, do Instituto  
33 Florestal; a titular Aline Silva Cosa e o suplente Alceu Segnorini Júnior, da  
34 COOPERLAGOS e Cláudia Regina Bonini Domingos, do Rotary. Também estiveram  
35 presentes 05 (cinco) convidados a saber: Alexandre Batista do Carmo, César Basso  
36 da Silva e Bianca Gonçalves, ambos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e  
37 Urbanismo, Camila Cristina Viana Prates, Semae e Bruno Rogério Fernandes, do  
38 IBILCE. Todos os membros e convidados assinaram lista de presença virtual, por  
39 meio do Google Forms no endereço <https://forms.gle/dmonsWKxBeZZdYpw5> . O  
40 Secretário Executivo Fernando Fausto iniciou a reunião dando as boas vindas e  
41 passou a palavra para a Presidente Gabriela Atique, que agradeceu a presença de  
42 todos e a participação dos membros nas reuniões, reforçando sua importância. Com  
43 a palavra, Fernando fez a leitura do primeiro item do expediente, Apreciação e  
44 aprovação da ATA da reunião extraordinária de junho de 2021, lembrando que todos  
45 receberam a ata junto com a convocação da reunião. Não havendo solicitações de  
46 alteração ou manifestações, Gabriela considera a ata aprovada. Fernando passou  
47 para o segundo item, leitura do Ofício nº 26/2021 – SMC recebido por e-mail no dia  
48 11 de junho de 2021, solicitando a indicação de representantes para o  
49 COMDEPHACT e em seguida ao terceiro item, leitura do Ofício COMDEMA nº  
50 007/2021 – Indicação de membros do Comdema no COMDEPHACT – Conselho  
51 Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico, onde houve a  
52 indicação de Gabriela Atique Fernandes, da UNIRP como titular e Vânia Gonçalves  
53 Venturelli, do Sinduscon como suplente para representar o Comdema no  
54 COMDEPHACT. Gabriela manifestou-se sobre as indicações, informando que  
55 normalmente quando chegam ofícios referentes às representações do Comdema,  
56 procura-se nomear alguém da Diretoria para facilitar a comunicação, e abre para  
57 manifestações. Não havendo, Fernando seguiu com o expediente realizando a  
58 leitura da Nota de esclarecimento recebida por e-mail referente a supressão de  
59 árvores para a construção do Centro POP, recebida por e-mail no dia 06 (seis) de

60 julho de 2021 (dois mil e vinte e um) da Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo.  
61 Passando para o quinto item do expediente, leitura da solicitação de Apreciação pelo  
62 Comdema de aquisição de Simulador de Erosão com recursos do Fumdema,  
63 visando atender as ações de Educação Ambiental do Programa Município VerdeAzul  
64 referentes ao tema. Entrando na ordem do dia, Fernando iniciou com a Apreciação  
65 quanto a aquisição do Simulador de Erosão, por meio dos recursos do Fumdema,  
66 apresentando o modelo e explicando sobre o funcionamento, destinação, utilização  
67 nas visitas monitoradas, eventos como Viveiro Itinerante, e ainda a importância da  
68 utilização nas ações de Educação Ambiental, incluindo os Relatórios do Programa  
69 Município VerdeAzul, em duas diretivas. Gabriela agradeceu a apresentação e  
70 explanou sobre a importância do projeto. Ressaltou ainda a importância de o  
71 Conselho estar deliberando sobre a utilização de recursos do Fumdema, mostrando  
72 um amadurecimento do Conselho. Passando a palavra aos demais membros, Murad  
73 questionou sobre o custo do projeto, e qual a disponibilidade de recursos no fundo, e  
74 ainda sugere que o presidente do Fumdema apresentasse trimestralmente, por  
75 exemplo, uma breve prestação de contas. Fernando responde referente ao menor  
76 valor apresentado para o projeto, que seria o de R\$2.950,00 (dois mil, novecentos e  
77 cinquenta reais), informando os valores dos três orçamentos levantados. Gabriela  
78 informou que quanto ao uso do recurso do Fumdema, o Comdema estará ciente,  
79 pois deve ser oficiado para a aprovação da utilização e Alexandre Carmo informou  
80 sobre o valor do recurso disponível e lembrou que a única fonte de arrecadação no  
81 momento são as multas por conta da Lei de Arborização Urbana. Alexandre informou  
82 ainda que estão providenciando para apresentar ao Conselho uma atualização da  
83 Lei do Fundo, por ser muito antiga e “engessada” no sentido de arrecadação e  
84 aplicação desses recursos. Disse que a ideia é permitir a aplicação em maior  
85 número de projetos, e em breve a proposta será apresentada à plenária para as  
86 considerações e colaboração. Complementando, Alexandre ainda destacou que  
87 devido a necessidade de transparência da utilização desses recursos, essas  
88 situações serão trazidas para o Conselho, e com a atualização desse legislação,  
89 será possível a plenária discutir um plano de aplicação desses recursos. Com os

90 esclarecimentos realizados, a Presidente colocou em votação a aprovação da  
91 utilização do recurso para a aquisição do Simulador de Erosão por meio dos  
92 recursos do Fumdema. Não havendo nenhuma manifestação contrária, declarou  
93 aprovada. Dando continuidade com o segundo item da ordem do dia, Apreciação do  
94 cronograma de substituição e manutenção da frota municipal, Fernando convidou  
95 César Basso da Smaurb a explanar sobre o tema. Alexandre solicitou a palavra para  
96 esclarecer referente à apresentação ao conselho sobre a substituição da frota  
97 municipal acontecer em atendimento a diretiva de Qualidade do Ar, do Programa  
98 Município VerdeAzul, e César apresentou o cronograma informando sobre o leilão  
99 dos veículos substituídos, critérios para a substituição, período máximo para  
100 atividade dos veículos, quantidade de veículos adquiridos e o tipo de combustível  
101 utilizado por estes, e informou ainda que a manutenção preventiva também traz um  
102 cronograma e vem acontecendo a contento, não ficando nada parado ou em falta.  
103 Gabriela agradeceu a apresentação e colocou em votação sobre a manifestação do  
104 Comdema quanto ao que foi apresentado, frisando a importância da substituição e  
105 manutenção da frota, pois tornam os veículos mais eficiente e menos poluentes,  
106 considerando principalmente a época de seca, onde a qualidade do ar tende a cair  
107 bastante por conta das queimadas na região. Abrindo para manifestações, Georgia  
108 Padiar questionou sobre a aprovação e Alexandre esclareceu colocando que a  
109 aprovação é no sentido de que o Conselho teve ciência de que o Município realiza  
110 todos os anos a manutenção e substituição gradativa de sua frota. Esclarecida a  
111 dúvida, e não havendo mais manifestações, Gabriela deu andamento comentando  
112 sobre o Programa Município VerdeAzul e Alexandre destacou sobre o Conselho ter  
113 uma diretiva no PMVA e a importância de trazer ao Conselho um pouco do que o  
114 programa pede e dar ciência de algumas situações. Rafael questionou a Alexandre  
115 sobre o próximo ranking do PMVA e Alexandre informou que o envio dos relatórios  
116 será em setembro, e da possibilidade de o ranking sair em 2022 (dois mil e vinte e  
117 dois), passando a ser bianual, provavelmente, destacando ainda que Rio Preto é  
118 Tricampeão no PMVA por 3 (três) anos consecutivos. Gabriela retornou a palavra ao  
119 Fernando, que continuou com o terceiro item da ordem do dia com a Sugestão de

120 inclusão de parágrafo na Lei 13.031 – Plano Diretor de Arborização Urbana. Gabriela  
121 sugere que os itens 3 (três) e 4 (quatro) da ordem do dia já sejam discutidos e  
122 passou a palavra à Rafael Azeredo. Rafael iniciou parabenizando a todos pela  
123 condução e a evolução do Comdema, apontando a aprovação de uso de recursos do  
124 Fumdema, exemplificando também com a aprovação do Plano de Arborização pelo  
125 Comdema, e apontando a necessidade de se criar uma regra para que passem as  
126 supressões de árvores pelo Conselho, devido a algumas situações recentes.  
127 Apresentou a sugestão de alteração do artigo 55 da Lei nº 13.031 – Plano Diretor de  
128 Arborização Urbana - PDAU, apontando como preocupação poder prever que em  
129 alguns casos passem pelo Comdema as solicitações de supressão para aprovação  
130 do Conselho. Colocou também que, após realizada a alteração da Lei, se elabore  
131 uma Resolução Comdema com os critérios para análise das supressões em áreas  
132 públicas, que passarão pelo Conselho. Gabriela agradeceu e colocou a importância  
133 do Conselho nessas questões, reforçando ainda a importância de se apresentar  
134 essas supressões ao Conselho, principalmente em se tratando de áreas pública,  
135 sugerindo que o tema seja encaminhado para ser tratado em uma CT, abrindo então  
136 para o debate. Fernando explanou a respeito do trabalho dos técnicos da Secretaria  
137 Municipal do Meio Ambiente, onde se realizou um levantamento de janeiro de 2020 à  
138 junho de 2021, chegando a um número de 113 pedidos de supressão em áreas  
139 públicas autorizados. Reforçou a necessidade de haver o filtro, ou o Conselho  
140 debateria apenas esses casos nas reuniões, ou ainda a cada 2 ou 3 dias precisaria  
141 que houvesse pessoa para analisar, autorizar ou não essas supressões. Um outro  
142 ponto levantado por Fernando, é quanto a competência sobre as autorizações, e  
143 realizou a leitura da Lei Complementar 140/2011, artigo 13, que traz a redação, “Os  
144 empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por  
145 um único ente federativo...”, leitura do parágrafo primeiro, “Os demais entes  
146 federativos interessados podem manifestar-se ao órgão responsável pela licença ou  
147 autorização, de maneira não vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do  
148 licenciamento ambiental”, e ainda a leitura do parágrafo segundo, “A supressão de  
149 vegetação decorrente de licenciamentos ambientais é autorizada pelo ente

150 federativo licenciador”, colocando a preocupação de se tomar o cuidado para que  
151 não haja um conflito, por exemplo, em caso de autorização por uma parte e a outra  
152 parte discordar, como seria o desfecho do assunto, quem faria o “desempate”.  
153 Gabriela retomou encaminhar as considerações para serem tratadas na CT de  
154 Planejamento e explanou sobre não ser atribuição do Conselho autorizar, e sim  
155 aconselhar, e reforçou a elaboração dessa inclusão de forma a não confrontar com o  
156 que já está estabelecido em Lei. Falou ainda que o objetivo do Conselho de fato é  
157 aconselhar e ter uma discussão única a respeito dessas supressões. Falou também  
158 sobre na CT, se delimitar as áreas, do ponto de vista turístico, por exemplo, áreas de  
159 importância histórica da cidade, e após, passou a palavra aos demais. Fernando  
160 complementou, colocando como sugestão, que determinados laudos sejam  
161 vistoriados em conjunto com um técnico do Comdema, ou o laudo ser apresentado  
162 com antecedência para a diretoria ou CT competente para ciência. Gabriela retomou  
163 o caso do Guapuruvú como exemplo, onde o Conselho foi consultado no caso da  
164 supressão e passou a palavra à Rafael Azeredo. Rafael argumentou, no sentido de  
165 que a intenção não é travar o processo, a proposta é de ajudar, como aconteceu no  
166 caso do Guapuruvú, e que exista uma regra para isso, sendo casos de interesse da  
167 sociedade. Apontou como exemplos os projetos de revitalização do calçadão, do  
168 centro POP, e ainda solicitou que nos casos de supressão nesses termos, ainda que  
169 não tenham sido definidas as regras, que a SMAURB dê ciência quanto às  
170 supressões, para que o Conselho se mostre mais participativo. Alexandre posicionou  
171 dizendo que a SMAURB não é contra esse tipo de regramento, a preocupação é a  
172 questão legal para depois não invalidar uma aprovação, uma manifestação do  
173 Conselho, algumas situações devem ser levantadas, o tema vai ser encaminhado  
174 para a CT discutir ainda, mas precisam estabelecer critérios, a SMAURB não vê  
175 problema, de forma que não trave os processos na Secretaria e não crie uma  
176 demanda grande onde o Conselho não consiga acompanhar. Retomou um outro  
177 ponto que é a questão da competência, uma vez que fazer a alteração da Lei do  
178 PDAU, não será o suficiente, teriam que alterar a Lei de criação do Comdema, que  
179 já está em discussão inclusive, pois a Lei não prevê uma situação que dê

180 prerrogativa ao Conselho de aprovar um ato administrativo ou validar um ato  
181 administrativo, mas dentro da CT podem discutir qual seria a melhor redação, quais  
182 vão ser esses critérios, e retomou o exemplo do Fernando em uma situação onde  
183 uma supressão é autorizada, por exemplo, e o Conselho entende que não,  
184 questionando como ficaria, para que não gere situações jurídicas, a fim de tentar  
185 facilitar ao máximo os trabalhos, e coloca-se a disposição para as discussões.  
186 Reforçou o fato de o Conselho discutir assuntos relevantes, e então poderiam sim  
187 avançar esse leque de atuação do Conselho e falou também sobre a maturidade  
188 atingida pelo conselho, o que permite que aconteçam essas discussões saudáveis,  
189 sem extremos, procurando um meio termo. Gabriela agradeceu as considerações e  
190 concordou com a fala de Alexandre de que devem prezar pelo caminho do meio e  
191 acertar da melhor maneira possível, para que as coisas aconteçam de forma  
192 democrática. Questionou se havia mais alguma colocação para que pudessem  
193 colocar em votação o encaminhamento da demanda à CT de Planejamento. Não  
194 havendo manifestação contrária, a demanda foi encaminhada para a CT de  
195 Planejamento. Dando sequência com o quarto item da ordem do dia, Elaboração de  
196 Resolução Comdema para análise das supressões em áreas públicas, Gabriela  
197 explanou sobre a elaboração para que as supressões sejam trazidas ao Comdema  
198 por meio de critérios técnicos, para fazer esse filtro e direcionar as demandas de  
199 supressões ao Comdema. Fernando reforçou a fala de Presidente e Gabriela sugere  
200 encaminhar a demanda da elaboração da resolução às Câmaras Técnicas de  
201 Planejamento e de Biodiversidade, para que possam trabalhar em conjunto. Abriu  
202 para que os membros se manifestassem, e Rafael concordou com as considerações  
203 apresentadas e retomou o fato de a Smaurb encaminhar ao Conselho as situações  
204 de supressões de relevância até que tenham elaborado a Resolução. Gabriela  
205 destacou também que o Conselho conta com os representantes a Smaurb para fazer  
206 esse “filtro” enquanto não se cria o regramento e se posicionou quanto à afinar o  
207 discurso e trilhar o caminho do meio, de forma salutar para o meio ambiente, e, não  
208 havendo mais manifestações, a demanda foi encaminhada à CT de Planejamento e  
209 à CT de Biodiversidade. Passando a outros assuntos de interesse, Gabriela

210 questionou sobre os informes das CTs, e não havendo, Fernando abre para demais  
211 assuntos. César solicitou a palavra para complementar a fala sobre a manutenção  
212 da frota e explanou sobre os números apontados nos relatórios apresentando  
213 planilha. Não havendo mais informes, Gabriela agradeceu a todos, solicitou a  
214 manifestação dos membros na reunião e não havendo, a reunião foi encerrada.